



FILIADO À **FASUBRA**
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

GESTÃO
2022 - 2025
04/02/2025
03/2025

Hoje tem Assembleia Geral, às 12h, na sede do STU!

Vamos continuar a nossa luta pela melhoria do fretado

Hoje, 04/02, tem Assembleia Geral, às 12h, no STU, para debatermos sobre as mudanças do fretado e o que já foi atendido após a reunião com a Prefeitura Universitária. A mudança de local, da Praça da Paz para a sede do Sindicato, foi devido à previsão de chuva.

Na última Paralisação, ocorrida no dia 28/01, a categoria cruzou os braços para cobrar melhorias no transporte. Após a implantação do novo sistema de fretado, os usuários passaram duas semanas bem tensas, com inúmeras reclamações.

Prefeitura Universitária recebe funcionários

Em reunião com a Prefeitura Universitária, representantes da Unitransp, uma comissão de trabalhadores e diretores do sindicato, os funcionários puderam apontar ao Prefeito Universitário, Juliano Henrique Davoli Finelli, seu vice, José Reinaldo Braga, e à equipe da Unitransp inúmeras dificuldades enfrentadas no trajeto de ida e volta do trabalho.

Entre as reclamações estavam o aumento significativo do tempo de trajeto, falhas na roteirização e problemas de segurança nos pontos de embarque/desembarque, além de dificuldades relacionadas à proibição de mudanças de rota pelos usuários.

O prefeito respondeu ser possível organizar representantes de cada linha. Com isso, as solicitações de mudança de linha, horário, itinerário ou ponto de embarque/desembarque podem ser feitas por meio de solicitação, onde constará a assinatura de 50% + 1 dos usuários da linha solicitada, ou de formulário oficial. De acordo com o gestor, essa possibilidade está prevista no artigo 22 da Instrução Normativa da Prefeitura nº 4/2023, sobre o fretado.

Com relação à questão da distância entre os pontos, o prefeito sinalizou estar recebendo bastante demanda, principalmente de



Prefeitura Universitária e Unitransp recebem comissão de trabalhadores e diretores do STU

trabalhadoras com crianças de colo, idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

Segundo ele, cada caso está sendo verificado e estão procurando aproximar os pontos, mesmo com a Deliberação do Conselho Universitário (Consu) prevendo o deslocamento de até mil metros da casa até o ponto.

Finelli explicou que a Deliberação Consu rege as regras de utilização do fretado, mas a Prefeitura Universitária adotou algumas premissas com objetivo de facilitar o deslocamento dos funcionários. Entre elas estão a questão da duração da viagem ser de até 1h30 e a caminhabilidade (entre a residência e o ponto de embarque/desembarque) de no máximo 500 metros.

De acordo com o prefeito do campus, foram feitas tratativas entre a Prefeitura e a empresa, mas a Deliberação Consu deve predominar, pois as

premissas dependem de acordos.

A equipe da Unitransp está procurando reformular os roteiros para todo mundo ficar “encaixadinho” na sua linha e não andar mais de mil metros.

A Prefeitura Universitária informou que está atuando para minimizar o trajeto das pessoas com mobilidade reduzida e priorizando a resolução das questões apontadas por usuários já cadastrados.

STU está de olho

O STU continua atento e recebendo as demandas da categoria.

Se você, usuário do fretado, tiver algum problema, agora é a hora de se manifestar. Venha para Assembleia Geral e informe o seu problema.

Também vamos questionar a DGRH sobre as questões dos dados desatualizados dos funcionários.

AUXÍLIO SAÚDE

No fim da tarde de ontem (03), estava prevista uma reunião entre GGBS, ADunicamp e STU para tratar da implantação do Auxílio Saúde. Hoje na assembleia a diretoria do STU apresentará as informações do que foi discutido no encontro. Não falte!

Como solicitar mudanças do Fretado

Luta por melhorias no fretado precisa ser coletiva

A assembleia de hoje, ao meio dia, na sede do STU, é uma oportunidade para avaliarmos se houve melhorias no fretado, após conversa realizada semana passada com o Prefeito Universitário.

Caso você tenha alguma solicitação de mudança no transporte é importante preencher o formulário da Prefeitura Universitária com as informações objetivas.

Lembre-se de colocar a linha, período e o problema para facilitar a solução, pois há muitos formulários sem essas informações, inviabilizando a resposta ou solução do caso.

Seguem algumas orientações da Prefeitura

Universitária:

- Os usuários podem descrever as mudanças necessárias e solicitar via SIGAD com as assinaturas. No SIGAD, abrir um processo encaminhando à prefeitura (código 01.14.29).

- Segundo a Instrução Normativa da Prefeitura, nº4/2023, art. 22: para solicitar alterações do itinerário, roteirização, embarque/desembarque precisa estar de acordo mais da metade do ônibus (50%+1, não podem ser feitas alterações sem que a maioria concorde).

- Conforme deliberação do Consu A28/2022: para solicitar novas linhas diferentes das que já

existem, os usuários interessados precisam solicitar desde que preencham 90% de um micro-ônibus ou ônibus (22 assinaturas no mesmo trajeto/horário).

- Problemas pontuais não relacionados a mudança de linha existente ou criação de linhas, devem ser encaminhados à Prefeitura Universitária preferencialmente pelo formulário.

- Qualquer dúvida procurar a diretoria do STU.

Venha para Assembleia Geral, hoje (04), às 12h, na sede do Sindicato.

A sua participação é fundamental para conquistarmos nossas demandas sobre o fretado, participe!

Três candidaturas disputam reitoria da Unicamp

Agora é oficial: foram confirmadas as candidaturas dos professores José Antônio Rocha Gontijo e Marisa Masumi Beppu; Maria Luiza Moretti e Leila da Costa Ferreira; e Paulo César Montagner e Fernando Antonio Santos Coelho, para o cargo de reitor da Unicamp e Coordenadoria Geral da Universidade (CGU).

A consulta à comunidade para sucessão de reitor, gestão 2025/2029, acontece em primeiro turno entre os dias 11 e 12 de março. E os dias 25 e 23 do mesmo mês foram reservados para um possível segundo turno, por meio eletrônico de votação.

Após a votação, o Conselho Universitário (Consu), órgão máximo de deliberação da Unicamp, elaborará uma lista tripla com os mais votados e a encaminhará ao governador do Estado, responsável pela nomeação do novo reitor. Tradicionalmente, escolhe-se o candidato mais votado da lista.

Modelo de consulta mantém desigualdade e exclusão

Apesar da importância do processo eleitoral, o modelo de consulta adotado pela Unicamp

continua desigual e ultrapassado. O sistema de votação mantém uma estrutura que favorece os docentes, atribuindo-lhes 3/5 do peso decisório, enquanto os estudantes e os servidores técnico-administrativos ficam com apenas 1/5 cada.

Em outras palavras, o voto de um professor tem um peso desproporcionalmente maior, valendo por três servidores ou estudantes.

Essa desproporcionalidade reforça uma lógica elitista e hierárquica dentro da universidade, onde determinados grupos têm mais influência sobre o futuro da instituição do que outros.

Outro fator de exclusão é a impossibilidade de voto para aposentados da instituição, profissionais que dedicaram grande parte de suas vidas à construção da excelência da Unicamp. Esse veto reforça o caráter restritivo do processo, que deveria ser mais democrático e inclusivo.

Um processo verdadeiramente democrático deveria garantir que todos os segmentos tivessem peso igual na decisão sobre os rumos da Universidade, reconhecendo o valor de cada membro da comunidade acadêmica na construção

do futuro da instituição.

Diálogo com a comunidade

Dia 16/10, em meio à jornada de luta por isonomia com a USP, o STU realizou um debate com os pré-reitoráveis, transmitido ao vivo pelas redes sociais da entidade.

Na ocasião, foi cobrado o compromisso de suspensão do Ponto Eletrônico, abertura de diálogo com as entidades e criação de política de valorização do funcionário, além da garantia de assumir o cargo somente sendo o primeiro da lista na consulta à comunidade.

De todos os pré-candidatos, apenas o professor Cesinha se recusou a assinar o compromisso com as pautas da categoria. Mas deu sua palavra de recusar a assumir, caso não seja o primeiro eleito pela comunidade.

Agora, a ADUnicamp, STU, APG e DCE estão se organizando para promover debates entre os reitoráveis com objetivo de conhecer os projetos dos candidatos e discutir o modelo de Unicamp que queremos.

Evento sobre Previdência fala sobre os desafios dos aposentados

No dia 24/01, aconteceu o evento "100 Anos da Previdência e os Desafios Atuais", no Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª região (SindiQuinze), em Campinas.

A Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria do STU esteve participando juntamente com vários aposentados da Unicamp.

Segundo a Coordenadora da pasta de Aposentados do STU, Sandra Ramos, o grande desafio do INSS é orientar as pessoas a cuidarem dos golpes que as quadrilhas tem tentado realizar com quem é aposentado.

É importante os aposentados estarem sempre atentos aos procedimentos que forem realizar.

Caso tenha alguma dúvida, é fundamental chamar uma pessoa de confiança para ajudar.

Este evento, em comemoração ao Dia Nacional do Aposentado, reuniu a Associação de Defesa e Valorização dos Idosos Aposentados e Pensionistas de Campinas, o Coletivo de Aposentados e Pensionistas SINERGIA, o STU, e o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região.

Caravana à Aparecida do Norte

Os aposentados do STU participaram da 36ª Romaria Nacional dos/as Aposentados/as em Aparecida do Norte, no dia 26/01, em comemoração ao Dia Nacional dos Aposentados, ocorrido em 24/01.

A atividade já é tradicional e acontece todos os anos. A programação da romaria incluiu a Santa Missa em homenagem aos aposentados, Leitura da Carta de Aparecida e uma Plenária Nacional dos Aposentados.

Reuniões dos Aposentados do STU

Toda terça-feira, a partir das 9h, os aposentados da Unicamp se reúnem na Sede do STU para conversar assuntos de interesse da categoria como também organizar as mobilizações para as lutas dos aposentados.

Venha fazer parte desse movimento, a sua presença é muito importante.

Unificação das categorias contra os ataques ao funcionalismo e aos serviços públicos

“Lutas contra perdas de direitos” é tema da Plenária Estadual organizada pela Frente Paulista em Defesa do Serviço Público em 6 e 7/2

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, coletivo composto por mais de 90 associações, sindicatos, federações, confederações, centrais e entidades representativas do funcionalismo público paulista, entre elas as entidades do Fórum das Seis, convida para uma atividade importante: nos dias 6 e 7 de fevereiro, vai acontecer a **Plenária Estadual do Funcionalismo Público**, com o tema **“Lutas contra perdas de direitos”**.

A atividade será presencial, no plenário Teotônio Vilela, da Assembleia Legislativa (Alesp), com possibilidade ainda não confirmada de transmissão ao vivo pelo Youtube.

O objetivo é debater os ataques do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) ao funcionalismo e aos serviços públicos, organizando lutas conjuntas das várias categorias representadas na Frente Paulista.

Em 2024, muitos foram as investidas do governador contra os serviços públicos. O último golpe do ano foi a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) 9/2023 pela Alesp em 27/11, um duro golpe contra a educação pública em São Paulo. Com ela, o governo fica autorizado a reduzir o percentual mínimo obrigatório de investimento no setor, de 30% das receitas do estado para 25%.

Este pesado ataque à educação soma-se a muitos outros: militarização e privatização de escolas públicas, o avanço da plataformação, os baixos salários dos profissionais da educação e de outras áreas do funcionalismo, além do absoluto

descaso e abandono dos espaços educacionais. Desde a sua posse, o governo tem dado sinais claros de sua política: precarizar os serviços públicos e, com isso, facilitar a entrega dos recursos para a iniciativa privada, por meio de terceirizações, privatizações e renúncias fiscais (*sobre isso, veja matéria no verso*).

A unificação do funcionalismo do estado é decisiva para impedir novos ataques e, também, evitar que os vultosos cortes que o governador poderá fazer na educação, autorizado pela aprovação da PEC 9, se concretizem. Nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, esse é um tema central.

Programação e formas de participação na Plenária

Nos dois dias, 6 e 7/2/2025, a Plenária se iniciará às 9h e se encerrará às 18h. Não é necessário fazer inscrição prévia para comparecer. Os/as organizadores/as informam que é possível que haja participação híbrida e, também, transmissão pelo Youtube, mas ainda sem confirmação.

A programação é a seguinte:

→ Quinta, 6/7

- **9h:** Abertura, com representantes das entidades do funcionalismo e deputados e deputadas presentes.

- **10h:** “*Atual momento do serviço público/servidores*”, com exposição do deputado estadual Carlos Giannazi, que vai falar sobre serviço público, servidores, privatizações, terceirizações.

- *Debate e propostas.*

- **14h:** Discussão sobre “*Perdas de direitos, leis e decretos: Reforma administrativa, valorização dos serviços públicos, lutas e alternativas de ações*”.

- **15h30:** Plenária com apresentação das propostas dos grupos.

→ Sexta, 7/7

- **9h:** Palestra sobre “*Saúde dos servidores públicos*”, com Michel Iorio (Presidente da CCM/Iamspe).

- **10h:** Palestra sobre “*Ataques aos servidores públicos, precariedade do serviço público*”, com a deputada federal Luciene Cavalcanti.

- *Debate e propostas.*

- **14h:** Palestra sobre “*Previdência dos servidores e pensionistas*”, com Eduardo Becker Tafliarini, representante dos servidores no Conselho da SPPRev.

- *Debate e propostas.*

- **15h30:** Plenária com apresentação das propostas dos grupos.

A Frente Paulista pretende realizar uma **audiência pública** na Alesp, em março, para divulgação dos resultados da Plenária.



Governador sanciona LOA 2025 e consolida montante vultoso em renúncias fiscais. Valor corresponde a quase seis orçamentos anuais das universidades estaduais

O governo de São Paulo sancionou, em 3/1/2025, o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA/2025) aprovada em 17/12/2024 pela Assembleia Legislativa (Alesp), transformando-o na Lei 18.078/2025. É na LOA que o Executivo apresenta a previsão geral da arrecadação de tributos para o próximo ano e, com base nos percentuais já definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2025), estabelece os valores destacados para todos os setores do serviço público. Para as universidades estaduais paulistas, a LDO/2025 definiu a manutenção dos 9,57% da cota-parte do estado no ICMS (ICMS-QPE).

O valor total orçado para receitas e despesas na LOA/2025 é de R\$ 372,454 bilhões; destes, R\$ 181,886 bi correspondem ao ICMS-QPE, sobre o qual são calculados os recursos para as universidades.

O Fórum das Seis encaminhou um texto com recomendações básicas sobre a LOA/2025, destinado aos/às parlamentares identificados com o funcionalismo e com os serviços públicos. Uma delas diz respeito à Fapesp (que lhe seja garantida a aplicação de 1% da receita, conforme Constituição Estadual, pois o governo aprovou na Alesp a possibilidade de desvinculação de até 30% do orçamento do órgão). Também citou a necessidade de financiamento adequado ao Iamspe e ao Centro Paula Souza. O texto ainda alertou para o aumento das isenções fiscais.

Renúncias fiscais impressionam

Levantamento feito pela assessoria do PT na Alesp mostra que o montante de renúncias fiscais (impostos que o governo abre mão de receber) para 2025 é de R\$ 76,5 bi, o que corresponde a 16,7% acima do previsto para 2024. Se comparado ao total que será investido em educação pública no estado neste ano (R\$ 32,8 bilhões), vemos que as renúncias somam mais que o dobro. Em relação às universidades estaduais paulistas, que devem receber um montante de R\$ 13,1 bilhões em 2025, a renúncia corresponde a quase seis orçamentos anuais.

O estudo faz uma projeção das isenções fiscais de 2008 a 2027, que podem somar cerca de R\$ 712 bilhões: no conjunto da educação pública paulista, o prejuízo estimado é em torno de R\$ 213 bilhões; para as universidades, aproximadamente R\$ 68 bilhões.

Os recursos para as universidades e a data-base 2025

Como se sabe, Unesp, Unicamp e USP deveriam receber 9,57% do total da quota-parte do estado na arrecadação

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No entanto, o governo faz um conjunto de descontos – considerados indevidos pelo Fórum das Seis –, o que reduz o montante da quota-parte do estado no ICMS (ICMS-QPE), que corresponde a 75% do total arrecadado (25% vão diretamente para os municípios).

Na LOA aprovada para 2025, a Secretaria da Fazenda do estado projeta R\$ 181,886 bilhões para o ICMS-QPE, já com os descontos indevidos. Mesmo com os descontos, esse montante é 10,5% maior que o valor final alcançado pelo ICMS-QPE em 2024 (R\$ 164,5 bilhões).

A avaliação do Fórum das Seis é que a arrecadação apontada para 2025 estabelece um cenário favorável às universidades. Diferentemente do que alegaram os reitores para negar a reabertura das negociações no segundo semestre de 2024, há condições para negociações efetivas em torno à data-base de 2025.

O Fórum deve iniciar em breve as discussões para a construção da Pauta Unificada de Reivindicações deste ano, a partir de assembleias nas bases das categorias. Fique de olho!



R\$ 76,5 bilhões

é o volume de recursos que o governo Tarcísio deixará de receber em 2025, por conta das isenções fiscais

valor corresponde a
6 orçamentos anuais
das universidades estaduais paulistas

Acesse este boletim online aqui



Confira:

- Parecer da assessoria do PT sobre a LOA 2025: <https://bit.ly/votopt>

- Lei 18.078/2025, que contém a LOA 2025 aprovada na Assembleia Legislativa: <https://bit.ly/loa2025-lei18078>

